



TABELA 37

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Órgão Central de Controle Interno.

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Mimoso do Sul – ES – IPREVMIMOSO – **FUNDO FINANCEIRO.**

Gestor responsável: Angelo Cérgio Rodrigues Reis.

Exercício: 2019 (dois mil e dezenove).

1. Introdução

O presente relatório visa demonstrar o planejamento anual de atividades do Controle Interno para avaliação na Unidade Gestora a que se refere este relatório. Destaca-se que não foi aprovado Plano Anual de Auditoria Interna até o final do exercício de 2018 para execução no exercício sob análise. Sendo assim, foram selecionados alguns objetos elencados na Tabela Referencial 1, da Instrução Normativa TCEES nº 043/2017 para avaliação na UG, a seguir descritos no quadro abaixo.

Mister registrar, ainda, que o Órgão Central de Controle Interno do Município de Mimoso do Sul – ES, responsável por 04 (quatro) Unidades Gestoras (sem subdividir o Instituto de Previdência), conta com apenas 01 (um) Controlador Geral, 01 (um) Controlador Geral Adjunto, o que não supre a necessidade premente de provimento do cargo efetivo de auditor público interno mediante concurso público, o que por si só inviabiliza maior efetividade das atividades de controle interno no Município.

Impende registrar que o Poder Executivo submeteu ao Poder Legislativo Municipal projeto de lei complementar visando estruturar a Controladoria Geral do Município, projeto este que foi rejeitado, onde o Poder Executivo fica impedido de reenviar novo projeto de lei com o mesmo conteúdo para ser apreciado neste ano legislativo, por força da Lei Orgânica Municipal.



Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.23	Segregação de planos estabelecimento por lei	Processo administrativo nº 1461/2020. Análise dos dados contidos em LRF, Sistema de Controle Padrão – Contabilidade.	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF, Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	Avaliação da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019, e demonstrações contábeis oriundas de sistema informatizado.	Constatou-se que a Lei Orçamentária Anual (L.C. nº 004/2018) cuidou da separação orçamentária dos Planos financeiro e Previdenciário instituídos por lei. Também foi possível extrair balancetes financeiros do exercício de 2019 divididos entre a Taxa de Administração, Plano Previdenciário e Plano Financeiro.
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Processo administrativo nº 1461/2020.	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Análise de atos normativos da Autarquia Municipal.	Portaria nº 075/2017, de 26 de outubro de 2017.
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Processo administrativo nº 1461/2020.	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	100%	100%
2.5.33	Comitê de investimentos - Certificados dos membros	Processo administrativo nº 1461/2020.	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	100%.	100%
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei em	Legislação Municipal Regência.	Lei nº 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Análise das Leis Municipais nº 2.270/2015 e 2.313/2016.	Após a análise das leis que tratam da segregação de massa e sua alteração, constata-se que não foi fixado no texto da lei um percentual para utilização nas despesas administrativas do RPPS, sendo que os percentuais foram encontrados no corpo do relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial do ano de 2016, onde a Lei Municipal nº 2.313/2016, de forma expressa (art. 2º), homologa o referido Relatório.

2 – Auditorias e outros procedimentos realizados

Após a análise dos pontos de controle indicados no quadro anterior, extraídos da Tabela Referencial 1, da Instrução Normativa TCEES nº 043/2017, não foram encontrados achados,



razão pela qual o quadro a seguir encontra-se em branco:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.

No exercício de 2019 (dois mil e dezenove) em análise, não foi instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial, nem procedimentos administrativos nos moldes da Instrução Normativa TCEES nº 032/2014, que tenham sido encaminhados para esta Unidade Central de Controle Interno para emissão de relatório, razão pela qual o quadro a seguir deixou de ser preenchido.

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração	Data de Encaminhamento ao TCE	Valor de Débito	Protocolo/Processo no Tribunal de Contas

Mimoso do Sul – ES, 12 de junho de 2020.

LENILSON PORCINO JUNIOR
Controlador Geral do Município
Port. 012/2017